

FETEMS renegocia Lei do Piso sem alterar data de integralização até 2020

A FETEMS concluiu no mês de julho o processo de renegociação da Lei Complementar nº 200, que estabelece o Piso Salarial por 20 horas. Após um intenso debate com o governo do Estado, a categoria manteve a política do piso por 20 horas implementada em 2015. "Seria melhor o cumprimento da legislação como foi aprovada em 2015, que instituiu uma política que nos elevou ao patamar de um dos melhores salários do Brasil. Porém, diante do quadro que foi debatido com a categoria, os trabalhadores e as trabalhadoras em Educação entenderam que é melhor manter essa política de promoção de um ganho real nos últimos anos, apostando no cumprimento integral das etapas que



Comissão de negociação da FETEMS em reunião com o governo

foram negociadas, e mantendo a integralização do piso por 20 horas até 2020, em Mato Grosso do Sul", pontuou o professor

Jaime Teixeira, presidente da FETEMS.

Categoria aprova proposta de renegociação salarial do governo



Assembleia Geral aprova proposta do governo estadual

A categoria aprovou em Assembleia Geral, no dia 26 de julho, a proposta salarial do governo estadual. Mato Grosso do Sul, desde 2015, possui a melhor Lei de Política Salarial do País. A Federação trabalhou a discussão salarial de 2017 com o objetivo primordial de manter os princípios da legislação sem alterar a data final, que será em 2020.

O quadro de conjuntura nacional é de dificuldades nas negociações, e muitas categorias têm aceitado congelamento e redução de salários em razão da política federal de Estado Mínimo. A imposição dessa política provoca enormes retrocessos nos direitos da classe trabalhadora e constantes perdas do poder aquisitivo. A manutenção da lei na Rede Estadual, mesmo renegociando datas, é de suma importância para que a categoria continue a construir o Piso por 20 horas. A direção estadual da FETEMS entende a dificuldade desse debate com a categoria, no entanto, ao renegociar as datas dos anos 2017 e 2018, reafirma a importância de manter o prazo de integralização.

Redes Municipais

A mesma dificuldade enfrentada pelos professores estaduais deve se repetir nas redes municipais de Educação. As prefeituras adotam o discurso de diminuição de receitas e limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para não cumprir a Lei Federal nº 11.738/2008. "Mesmo com toda dificuldade, é possível avançar. Um dos mecanismos é a categoria, em conjunto com os sindicatos, pressionar o poder público e fazer valer a legislação. Para isso, a Federação oferece todo o suporte necessário, inclusive a análise da saúde financeira de cada município", pontua o secretário de Políticas Municipais da FETEMS, Florêncio Garcia Escobar.

//Palavra do presidente



É hora de repensar as ações do movimento sindical

Jaime Teixeira
Presidente da FETEMS

Estou de volta à presidência da FETEMS, 12 anos após assumir meu primeiro mandato. É inevitável comparar a conjuntura do ano de 2005 com a conjuntura atual. Quando assumi pela primeira vez a presidência da Federação, vivíamos um momento de comemoração, de afirmativa por estarmos vivendo uma plena democracia, fortalecida com a chegada ao Executivo Nacional de uma proposta que os trabalhadores brasileiros lutaram por mais de duas décadas.

Vivemos os anos seguintes a realização de muitos sonhos que faziam parte da pauta de nossos sindicatos, federações e centrais. Conseguimos em um período relativamente curto

aprovar e avançar várias reivindicações antigas, entre elas: o Fora FMI e Não à Alca. Em relação à Educação, aprovamos o FUNDEB e, dois anos depois, o piso dos professores. Nos anos subsequentes, organizamos as conferências municipais, estaduais e nacional, com a participação de organizações sociais, representando vários segmentos da sociedade. Logo em seguida, foi possível estabelecer um novo PNE, válido até 2024, com um aumento de 10% do PIB vinculado à Educação.

Em outras áreas sociais, mostramos como é possível distribuir renda por meio do salário mínimo, elevando-o de um patamar de 54 dólares e em menos de dez anos chegando a um salário mínimo de 300 dólares. Paralelamente, foram criadas políticas de inclusão e um programa de combate à fome jamais visto em nosso país.

Volto agora à presidência da Federação, 12 anos depois, com uma conjuntura antagônica a tudo o que acabo de re-

latar.

Após um golpe na democracia e afastamento de uma presidenta eleita, voltamos a uma conjuntura semelhante a dos anos 1980, com um governo central sem popularidade e um programa neoliberal que suspende as políticas de avanço na Educação e procura implantar a qualquer custo uma política de Estado Mínimo por meio da Reforma Trabalhista, terceirização irrestrita, redução de verbas na saúde e nas políticas sociais de inclusão. Tenta ainda usurpar o direito dos trabalhadores à aposentadoria. Trabalhadores que já contribuíram mais de 30 anos observam seu direito à aposentadoria desaparecer por causa de uma Reforma Previdenciária que tem como único objetivo entregar a Previdência para grupos nacionais e internacionais. Grupos que, com certeza, financiaram todo o processo de *impeachment* ocorrido no país e agora cobram a conta que eles querem que seja paga pelos trabalhadores.

O que sinto neste momento é que precisamos de toda a experiência acumulada no movimento sindical para comandar a reação dos trabalhadores a esse desmonte da legislação brasileira. Temos que repensar também as ações de nossos movimentos, seja dos sindicatos de base, federações, confederações e centrais, para atravessarmos esse período de recessão econômica e desemprego promovido por uma política financeira nacional de recessão. No entanto, o que temos certo é que esse modelo de Estado Mínimo não serve para os trabalhadores e teremos que nos envolver de maneira decisiva no processo eleitoral de 2018 para derrotar esse modelo nas urnas democraticamente.

Nosso voto terá valor imensurável para podermos resistir a todas essas barbáries que estão votando no Congresso Nacional. Não vamos nos esquecer de quem está votando contra a classe trabalhadora.

Planejando, organizando e potencializando a luta dos trabalhadores

A FETEMS realizou, nos dias 1º e 2 de agosto, o planejamento estratégico da entidade. A atividade foi coordenada pelo educador Jeová Simões, da Escola de Formação Sindical da CUT Apolônio de Carvalho, e contou com a participação de toda a nova diretoria da entidade eleita para a gestão 2017/2021.

O planejamento teve como ideia fundamental o objetivo da ação de qualquer sindicato, que é organizar e potencializar a luta dos trabalhadores. Na história da classe trabalhadora, tudo o que hoje é considerado um direito, foi fruto de duras batalhas. Nada caiu do céu ou foi cedido de graça. Essa é a lição da história de luta dos trabalhadores e das trabalhadoras no mundo e especificamente no Brasil.

Neste sentido, o planejamento de um sindicato é nortear sua ação para defender direitos e alcançar novas conquistas para os trabalhadores e trabalhadoras, no caso da FETEMS, no ramo da Educação.

A professora Sueli Veiga Melo, vice-presidenta da FETEMS, é pontual ao definir a importância do planejamento estratégico. Para ela, “planejar permite, dentro de um período de curto, médio e longo prazo, distribuir as ações que são importantes e necessárias para aquele período. No caso da FETEMS, em que nós assumimos agora uma nova gestão, é imprescindível fazer um planejamento estratégico das ações a serem desenvolvidas ao longo do próximo mandato”, analisa.

O secretário de Formação



Planejamento estratégico debate ações de luta sindical

da FETEMS, Onivan Correa, avalia que “o planejamento é um momento de definir o trabalho para os próximos períodos. Analisar nossa realidade e ver o que podemos fazer para contribuir com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação, continuar avançando, garantir nossos direitos e propor metas para os próximos anos”.

De acordo com secretário

dos Funcionários Administrativos da FETEMS, Wilds Ovan-do, a reunião de planejamento é essencial. “O planejamento vai possibilitar o direcionamento das ações da nova diretoria para os próximos quatro anos, principalmente para os administrativos da Educação. Assim poderemos traçar estratégias para fortalecer nossas bandeiras de luta para os próximos períodos”, avalia.

//Direitos retirados

Repudiamos os senadores de MS que votaram contra os trabalhadores

Os senadores Simone Tebet (PMDB), Waldemir Moka (PMDB) e Pedro Chaves (PSC) votaram a favor da Reforma Trabalhista e contra os trabalhadores sul-mato-grossenses e demais brasileiros. Prevaleceu o peso da máquina, da distribuição de cargos, e o texto da Reforma foi aprovado.

A Reforma se fundamenta em reduzir a proteção institucional aos trabalhadores, por parte do Estado e do Sindicato, e aumentar as garantias e a autonomia das empresas nas relações de trabalho, diminuindo custos e aumentando a flexibilidade do trabalho.

A FETEMS continua na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.



Vamos continuar mobilizados porque a reforma previdenciária vem aí!



Não satisfeito em retirar tantos direitos dos trabalhadores, o governo golpista de Michel Temer pretende acabar com a aposentadoria.

O Brasil vive uma situação peculiar em 2017. O governo Temer é fraco na opinião pública - com índice de reprovção de 70%, segundo o último levantamento do IBOPE. No entanto, ao mesmo tempo, suficientemente forte no Congresso Nacional para

passar reformas impopulares, como a da Previdência. E não apenas Temer é visto com desconfiança, mas toda a classe política. Essa mesma classe política, em breve, promete aprovar uma reforma que vai mexer com o bolso de milhões de brasileiros. E para pior. A FETEMS entende que a reforma proposta pelo governo federal é um absurdo, e a Educação também está mobilizada.

“É preciso deixar claro que a sociedade não vai aceitar perdas de direitos. Do jeito que está, ninguém vai se aposentar, e é preciso que a sociedade entenda isso e reaja”, conclama o presidente da FETEMS, professor Jaime Teixeira.

Comissão de negociação dos administrativos já se reuniu com o governo

A Federação assumiu a responsabilidade da luta pela extensão de uma política positiva para o grupo de administrativos em Educação.

A Comissão de Negociação dos Administrativos se reuniu com o governo do Estado no dia 27 de julho. Formada por administrativos

em Educação, a comissão tem como representantes o secretário dos Administrativos da FETEMS, Wilds Ovando; a secretária de Combate ao Racismo, Leuslânia Cruz de Matos; e o presidente do SIMTED de Aral Moreira, Edevagno Pereira da Silva.

Na reunião com o governo foi estabelecido um ca-

lendário até o fim do mês de agosto para definir uma solução para as demandas da categoria por valorização profissional. “A primeira reunião foi positiva. O governo se mostrou disposto a atender a categoria. Acredito que será possível avançar nas reivindicações”, disse Wilds Ovando.

DIEESE

Levantamento do DIEESE constatou que, de todas as categorias pesquisadas pela entidade, 68,6% do conjunto de trabalhadores receberam aumento sem ser escalonado ou com abono. Do total, 30,4% receberam reajuste escalonado e 2,25% abono salarial. Os dados se referem a 2017.

FETEMS cresce e agora possui 74 sindicatos afiliados



SIPREMS inicia sua caminhada com 130 trabalhadores em Educação afiliados

O SIPREMS (Sindicato da Rede de Ensino da Educação Básica Municipal de Sidrolândia) é o 74º sindicato afiliado à FETEMS.

De acordo com o secretário de Políticas Municipais da FETEMS, Florêncio Garcia Escobar, o sindicato já nasce forte. “O SIPREMS inicia sua caminhada já fortalecido. São 130 trabalhadores e trabalhadoras em Educação afiliados e com uma diretoria comprometida em trabalhar

para lutar pelas bandeiras da categoria”, ressaltou.

“A filiação é o fortalecimento do sindicato e a efetivação de nossa representatividade, porque estar em um sindicato e não ser afiliado à Federação é muito difícil para lutarmos pelas demandas dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação”, disse a presidenta da entidade, professora Maristela dos Santos Ferreira Stefanello.

“A chegada deste novo

sindicato representa o fortalecimento de nossa entidade. A Federação é forte porque é formada por vários sindicatos. Cada pessoa é importante. Cada pessoa que chega ao sindicato ajuda

a fortalecer a entidade. Precisamos estar fortes, principalmente neste momento de retirada de direitos dos trabalhadores”, salientou a secretária-geral da FETEMS, Ana Maria Oliveira.

A FETEMS é a maior entidade sindical do estado: possui 74 sindicatos municipais afiliados, com mais de 22 mil trabalhadores na base e representa 54% do funcionalismo público estadual.

Conferência Nacional Popular de Educação já tem data para as etapas municipais e estaduais

No início de junho, diversas entidades integrantes do Comitê Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública decidiram romper com o Fórum Nacional de Educação (FNE) e organizar o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE).

As entidades tomaram essa decisão após o FNE ter sido dissolvido com a exclusão de entidades pelo governo de Michel Temer. Uma portaria do Ministério da Educação

(MEC) alterou a composição do FNE em uma decisão considerada “unilateral e antidemocrática”. Os movimentos ligados à Educação divulgaram um manifesto afirmando que não aceitariam um Fórum Nacional governista, inerte e controlado pelo MEC.

A orientação do FNPE é pela realização de(a):

- Conferências municipais e/ou intermunicipais até outubro de 2017.

- Conferências estaduais até março de 2018.

- CONAPE nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2018.

A conferência é fruto dos processos de crítica e resistência feitos pelo conjunto de entidades de Educação. Os Fóruns Estaduais de Educação, Fórum Distrital de Educação e Fóruns Municipais de Educação devem se manifestar pela adesão a este grande movimento de defesa da ges-

tão democrática da educação pública.

Aqui no MS, o Fórum Estadual de Educação (FEE/MS) decidiu realizar as conferências e já iniciou o processo de conferências regionais, nos meses de setembro e outubro, para em novembro realizar a conferência estadual. A FETEMS, que faz parte do FEE/MS, irá participar da organização e da realização das conferências.

//Expediente

Presidência – Jaime Teixeira; Vice-Presidência – Sueli Veiga Melo; Secretária-Geral – Ana Maria Oliveira; Secretária adjunta – Paulo Antônio dos Santos; Secretária de Finanças – José Remijo Percein; Secretária Adjunta de Finanças – Ademir Cerrri; Secretária para Assuntos Jurídicos – Maria Aparecida Diogo; Secretária de Formação Sindical – Onivan Correa; Secretária de Assuntos Educacionais – Ludemar Solis Azambuja; Secretária dos Funcionários Administrativos – Wilds Ovando Pereira; Secretária de Comunicação – Deumeires de Moraes; Secretária de Administração e Patrimônio – Paulo Cesar Lima; Secretária de Política Municipal – Florêncio Garcia Escobar; Secretária de Políticas Sociais – Amarildo do Prado; Secretária dos Aposentados e Assuntos Previdenciários – Olinda Conceição da Silva; Secretária dos Especialistas em Educação Coordenadores Pedagógicos – Sebastião Serafim Garcia; Secretária de Relações de Gênero – Maria do Carmo Drummond; Secretária de Combate ao Racismo – Leuslânia Cruz de Matos; Secretária de Saúde dos Trabalhadores em Educação – Lara Gutierrez Cuellar; Departamento dos Trabalhadores na Educação no Campo – Luis Carlos Valejo; Departamento de Educação Infantil – Luciana Ferriol de Matos. 1º Suplente – Thereza Cristina Ferreira Pedro; 2º Suplente – Diva Soares da Silva Gaia; 3º Suplente – Edson Granato; 4º Suplente – Elici Gonçalves Serra Leite; 5º Suplente – João Batista da Silva; 6º Suplente – Luzenir Severo dos Santos; 7º Suplente – Antônio Barbosa da Costa. Regional de Aquidauana: Vice-Presidente – Jeferson de Pádua Melo; Suplente – José de Ávila Ferraz; Regional de Amambai: Vice-Presidente – Humberto Vilhalva; Suplente – Delfino Borvão; Regional de Campo Grande: Vice-Presidente – Renato Pires de Paula; Suplente – Rosana Aparecida de Carvalho Silva; Regional de Corumbá: Vice-Presidente – Rosa Maria da Silva; Suplente – Magda Xavier Chalega; Regional de Coxim: Vice-Presidente – Mara Núbia dos Santos; Suplente – José Luis Ribeiro de Leon; Regional de Dourados: Vice-Presidente – Apolinário Candado; Suplente – Rosilda Moura de Carvalho; Regional de Fátima do Sul: Vice-Presidente – Maria Jorge Leite; Suplente – Jair Greco; Regional de Jardim: Vice-Presidente – Elder Basso; Suplente – Sandra Luiza da Silva; Regional de Naviraí: Vice-Presidente – José Luiz dos Santos; Suplente – Margareti Macena de Lima Brito; Regional de Nova Andradina: Vice-Presidente – Maurício dos Santos; Suplente – Geraldo Torrecilha Lopes; Regional de Paranaíba: Vice-Presidente – Tânia Mara de Moraes Silva; Suplente – Ronilson Nogueira Machado; Regional de Ponta Porã: Vice-Presidente – Edivaldo Vieira; Suplente – Antonio Carlos Martin Lopes; Regional de Tacuru: Vice-Presidente – Jandir Carlos Dallabrida; Suplente – Elizeu Gomes da Silva; Regional de Três Lagoas: Vice-Presidente – Valdenia Aparecida de Almeida; Suplente – Maria Inês Anselmo Costa.

Journalista Responsável: Azael Júnior. Programação visual: Iris Comunicação Integrada.